

7º ENCONTRO GESVENTURE

Discurso de Abertura - Dr. Francisco Banha

Director-Geral da GESVENTURE

LISPOLIS - Lisboa, 9 de Novembro de 2005

Exmo. Senhor Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa,

Exmos. Senhores Oradores convidados,

Demais personalidades, minhas senhoras e meus senhores,

Bom dia a todos e obrigada por mais uma vez nos darem a honra da vossa importante presença, esperando que o programa de hoje vos possa ser útil.

Gostaria de seguida de agradecer a todos, os que trabalharam muito para tornar este Congresso possível bem como à Administração da PME INVESTIMENTOS e em particular ao seu Presidente, Sr. Dr. João Vicente Ribeiro, pelo apoio manifestado à Organização quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista Institucional ao associar-se, mais uma vez à iniciativa Elevator Pitch que decorrerá paralelamente ao desenrolar do Encontro.

Recordo de seguida que há seis anos atrás, realizava-se em Lisboa o 1º Encontro da Gesventure. Na altura, o nosso Evento coincidiu com a divulgação ao mercado, com particular destaque para os Investidores, Empreendedores e Organismos Públicos com responsabilidades no âmbito do empreendedorismo, da constituição do nosso projecto empresarial como forma de contribuir para a supressão de algumas das questões que centravam as preocupações fundamentais da comunidade empresarial, tais como a necessidade de evangelização do conceito de Capital de Risco, a demonstração das enormes vantagens deste instrumento financeiro e a promoção do espírito empreendedor.

Passados que foram estes seis anos de actividade podemos dizer, com algum orgulho e satisfação, que a Gesventure tem estado profundamente implicada na difusão do capital de risco como suporte potenciador do crescimento sólido das empresas portuguesas, que apresentam características de elevado potencial de crescimento e de valorização, independentemente do seu estágio de desenvolvimento ou sector de actividade.

Sabíamos desde o primeiro momento que a Gesventure não pode, *de per si*, mudar a Indústria de Capital de Risco em Portugal, mas pode contribuir para que esta Indústria vá mudando!

E certo é que o resultado de todo este nosso empenho e entusiasmo, já evidenciou até ao momento:

- a realização de oito operações de angariação de capital que permitiram aos seus promotores a obtenção de cerca de 15 Milhões de Euros;
- a realização de 12 congressos internacionais de capital de risco;

- a dinamização do primeiro clube de business angels português associado da EBAN ;
- a participação em mais de 100 conferências de empreendedorismo e capital de risco;
- a elaboração de dois livros e dezenas de artigos de opinião na imprensa especializada e
- a colocação à disposição da comunidade de um canal de comunicação, em ambiente web, adequado a quem se interessa em desenvolver os seus conhecimentos na área do empreendedorismo e do capital de risco.

Tendo por base esta nossa forte intervenção na criação de um Ecosistema favorável ao nascimento e ao crescimento das empresas portuguesas, que necessitam de um músculo financeiro que permita uma transição sustentada para um novo modelo económico mais competitivo, tanto a nível interno como externo, torna-se para mim um grande prazer abrir este 7º Encontro, o qual se tem revelado – e digo-o sem falsas modéstias - um incedível contributo para um País que queremos mais competitivo e mais favorável à iniciativa empresarial.

Senhoras e Senhores,

A principiar este Congresso, quero apenas transmitir de forma breve algumas ideias, resultantes da nossa própria reflexão, de Enquadramento sobre os temas que irão ser discutidos ao longo do dia.

Começo em primeiro lugar por manifestar a minha forte convicção de que Portugal está a assistir ao dealbar de uma forte e inovadora cultura empreendedora. Com efeito é para mim extremamente gratificante verificar o dinamismo que se está a verificar ao nível académico uma vez

que várias das nossas universidades começam a ter - ou pelo menos a criar - mecanismos através dos quais a investigação pode começar a ser comercializada. E algumas das startups, com origem no meio universitário ou com o seu suporte, encontram-se mesmo a atrair o interesse das SCR portuguesas e a dotarem-se junto destas do capital necessário ao seu trampolim, quer nacional quer internacional.

Ora este facto é tanto ou mais importante como se sabe que a existência de um sector SEED CAPITAL viável e activo é uma componente essencial para o desenvolvimento e crescimento futuro da industria de capital de risco e para a economia portuguesa. As empresas em fase SEED são um canal essencial para transformar investimento I&D em ideias, produtos e negócios e por sua vez ajudar a criar emprego e riqueza. São uma orientação vital para a competitividade e produtividade económica, especialmente através da exploração de novas tecnologias.

No entanto, o avanço da comercialização da investigação não depende exclusivamente dos investigadores torna-se importante que os investidores e principalmente as SCR criem mecanismos que permitam que grande parte do trabalho desenvolvido nas Universidades seja canalizado para o sector produtivo e deixe de ter apenas como destino a mera publicação em revistas de âmbito científico.

Importa por isso desenvolver a capacidade de financiar a criação de empresas que possuam um projecto ambicioso em termos de inovação e de potencial de crescimento assim como as PMES que se confrontam com as questões relacionadas com o seu desenvolvimento e a transmissão de

propriedade e para as quais as necessidades de fundos próprios não encontra resposta no mercado de capital de risco nacional.

Desde há muito que o problema do financiamento dos Jovens Empreendedores e das pequenas empresas de base tecnológica subsiste, ou mesmo tendo a ampliar -se. As medidas tomadas pelos poderes públicos, não souberam ultrapassar as verdadeiras carências estruturais do capital-risco, essencialmente porque não foram suficientemente orientadas até há bem pouco tempo atrás. Felizmente que esta tendência tem vindo a ser contrariada eficazmente por parte de alguns operadores públicos a actuar no sector, conforme o demonstram os excelentes resultados alcançados no último ano por parte da PME Investimentos bem patente, aliás, nos excelentes exemplos na área da Biotecnologia que ao longo desta manhã irão ser abordados.

Esta problemática agrava-se ao verificar-se que os investimentos nas jovens e pequenas empresas não permitem obter os benefícios que os investidores privados normalmente pretendem, quando investem num negócio, uma vez que as actividades por aquelas desenvolvidas são estruturalmente penalizadas (devido a factores como a sinistralidade elevada associada à combinação dos riscos da criação de uma empresa e os da inovação; a fraca liquidez e os custos de gestão), afastando assim a apetência das Sociedades de Capital de Risco do sector privado existentes em Portugal, a investir neste segmento de empresas, inovadoras, dinâmicas e geradoras de emprego.

O pragmatismo de análise leva-nos, em suma, a concluir que os principais actores do Capital de Risco em Portugal não investem, não obstante a mensagem bastante positiva que passa nas entrevistas e nos seminários

quando solicitados a pronunciarem-se em matéria de política de investimentos. Certo é que nada - ou quase nada - tem sido feito ao nível do investimento seed capital. Veja-se, a este respeito, os dados do comité de estatísticas da APCRI, ao revelarem que o investimento realizado se concentra sobretudo no capital desenvolvimento ou, apesar de em pequeno numero, nas operações de MBO, em montantes superiores a 1 Milhão de euros.

É verdade que para colmatar a carência de capitais dispostos a investir nas fases iniciais, os poderes públicos tentaram instaurar nos últimos anos mecanismos incentivadores cujo objectivo passava por tentar orientar os capitais privados para os segmentos da Indústria de Capital de Risco onde a falha de mercado era por demais evidente.

Contudo e apesar dos importantes e significativos montantes de capitais mobilizados pelo Estado quer pelos Fundos da União Europeia e de vantagens fiscais proporcionadas às SCR privadas, tal não veio, ainda, a proporcionar aos Jovens Empreendedores Portugueses e às suas pequenas empresas, nomeadamente aquelas que são inovadoras e que ocultam um forte potencial de crescimento e de emprego, os fundos próprios que se estimavam e que tanta falta lhes faz para potenciar o seu crescimento.

De tal modo que se não fosse a espectacular dinâmica trazida para o mercado ao longo do último ano por parte de alguns operadores institucionais - maxime a PME INVESTIMENTOS, no último ano, seguida

de perto pela PME CAPITAL e pela API CAPITAL, nos últimos seis meses, certamente que o Seed Capital continuaria a ser o parente pobre do capital de risco em Portugal. Receamos mesmo que se este trabalho das SCR públicas deixar de ser realizado com os excelentes níveis de proactividade que tem existido e que inclusivamente estão a criar uma grande expectativa junto dos mercados internacionais de capital de risco como foi o caso dos comentários altamente positivos que foram realizados no passado mês de Outubro em Barcelona, na Conferencia da EVCA, correremos mesmo o risco de deixar definitivamente de ter financiamento nas fases do chamado Seed Capital.

Temos no entanto consciência de que sendo Portugal um país pequeno e de recursos científicos e tecnológicos escassos, se torna necessário que as SCR tenham sempre presente processos de selecção e especialização, assentes em critérios de excelência e competitividade a nível internacional, a suportar as suas decisões de investimento de maneira a que Portugal possa aproveitar a janela de oportunidade de inovação e excelência a nível mundial nomeadamente nos sectores em que possuímos vantagens comparativas significativas, como é o caso das Ciências e Tecnologias do Mar, Agro-Indústrias ou o Turismo.

Este facto deve merecer a reflexão por parte de todos os intervenientes no mercado uma vez que a falta de investimentos nas primeiras fases de desenvolvimento leva a correr o risco de continuar a provocar, mecanicamente, uma falta de dossiers com maturidade suficiente para atrair no futuro o interesse dos designados investidores de Private Equity.

Somos por isso defensores de que a definição da linha de rumo estratégica e da gestão da política científica e tecnológica são tarefas a assumir sempre pelo Estado, independentemente do seu papel como concretizador dessa política dever ser de forma sustentada e progressivamente compartilhada com o sector privado.

Nesse sentido o Estado e conseqüentemente o Governo devem assumir a liderança como agentes dinamizadores de uma estratégia de focalização na Indústria de Capital de Risco que privilegie os sectores das Ciências e Tecnologias do Mar, Ciências e Tecnologias da Agro-Indústrias, Ciências da Vida, Tecnologias da Informação e Comunicação, Biotecnologia e Ciências do Ambiente , em virtude de acreditarmos que nestas áreas de excelência, Portugal poderá dar cartas a nível internacional uma vez que já possui, contrariamente ao que muitos pensam , vantagens competitivas pela excelência científica já alcançada. Como efeito de demonstração refira-se a opção de mais de mil casais portugueses em congelarem as células estaminais dos seus filhos, retiradas à nascença e para que possam ser utilizadas no futuro, no tratamento de doenças para as quais ainda não existe cura, através de um serviço proposto há apenas um ano por uma startup portuguesa da área da Biotecnologia.

De facto, usar uma estratégia de actuação que “rompa” com a base do sistema vigente na Indústria de Capital de Risco Nacional exige não só recursos financeiros mas também uma revolução nas atitudes e comportamentos por parte dos responsáveis das SCR que os induza a apostar nos projectos com base nos factores invisíveis e críticos da inovação (ex: Capital Humano) criando para o efeito metodologias nas montagens

financeiras das Operações que motivem os empreendedores a aplicarem todo o seu esforço e conhecimento na concretização dos projectos em que se envolvem pois tem consciência que serão recompensados em caso de sucesso.

Para além disso e perante a insuficiência de oferta por parte dos Operadores de Capital de Risco nas fases de capital semente e startup, a intervenção dos "Business Angels" como alavanca financeira e de aconselhamento empresarial aos Jovens Empresários apresenta-se, como é obvio, uma necessidade que urge satisfazer a exemplo do que acontece nos países anglo-sáxónicos.

Apesar de todos os principais intervenientes no sector de capital de risco afirmarem a todo o momento a importância da existência no nosso país da actividade de business angels, certo é que pouco ou nada temos visto ser feito para que tal seja uma realidade.

De modo a encorajar os Business Angels a serem activos, o Estado português, a exemplo aliás do que está a acontecer noutros Estados Membros, deve introduzir um enquadramento jurídico e fiscal atractivo de modo a estimular o investimento por parte dos B.A. e a compensar assim, por esta via, a falta de cultura empreendedora, num ambiente mais favorável a uma actividade de maior risco.

Por sua vez, torna-se igualmente importante o co-financiamento, por parte do Estado, de actividades desenvolvidas pelas Redes de Business Angels

na disseminação de informação que permita alavancar o potencial inexplorado desta actividade, em Portugal, devendo por isso merecer toda a atenção das Entidades Oficiais de maneira a que se consiga potenciar o crescimento do mercado informal de capital de risco no nosso País.

Para concluir, diria que numa altura em que se estão a criar condições favoráveis à inovação tecnológica e organizacional no tecido empresarial português, reforçando a dinâmica de clusters e a respectiva base de reconhecimentos e competências, ao mesmo tempo que se incentiva a constituição de empresas, nomeadamente nas áreas das Tecnologias: Informação, Ciências da Vida, Energéticas Limpas, Materiais, Micro-Energias e Nanotecnologias, importa, mais do que nunca, criar condições - maxime um adequado enquadramento jurídico-fiscal - que permita convencer um número crescente de pessoas, com recursos financeiros e habilidade empreendedora, a tornarem-se Business Angels activos. Esta será, inevitavelmente, a via mais adequada para que possam vir a ocorrer num futuro próximo, no nosso País, casos de sucesso empresarial financiados no seu arranque por Investidores Informais.

Porque mesmo que os investimentos efectuados nas startups sejam modestos o compromisso intelectual e emocional com o futuro, por parte dos empreendedores, tem que ser quase absoluto. O importante é inovar e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Se queremos criar riqueza em Portugal o caminho passa por criar um serviço ou produto que ajude as pessoas a viver melhor e isso tem que ser feito rapidamente.

Recordemo-nos que Bill Gates praticamente não tinha dinheiro mas o seu compromisso com a criação do seu software que facilitasse a vida de todos foi inabalável.

Conclusão:

Certamente que a prioridade de todos quantos aqui estão presentes neste 7º ENCONTRO não é efectuar uma retrospectiva olhando para o ano passado. É procurar nesta iniciativa uma oportunidade para pensar no futuro. E foi precisamente com esse intuito que os vários painéis que hoje por aqui irão passar foram estruturados por forma a desafiar as nossas percepções e a pensarmos o Capital de Risco de maneira diferente, sobretudo numa perspectiva mais actuante, como criador de valor e uma importante força motriz para as empresas do Séc. XXI.

Não há tempo para ser complacente!

Porque mais do que utilizar o Capital de Risco e o Empreendedorismo como chavões nos tempos modernos, devem ser tomadas medidas e acções concretas no curto prazo, no âmbito de uma estratégia de longo prazo, com vista a prosseguir a Finalidade da Agenda de Lisboa 2000 e tornar Portugal, no contexto da Europa, um dos países mais competitivos à escala mundial e com melhor qualidade de vida, índices de desenvolvimento económico e social, e baseado na Sociedade do Conhecimento

E porque acredito que também a nível político não se pode perder mais tempo é com bastante orgulho e satisfação que passo a apresentar o nosso primeiro convidado, Professor Carlos Zorrinho, que nos irá elucidar sobre as grandes linhas orientadoras do Programa Nacional de Acção para o

Crescimento e o Emprego para os exercícios 2005/2008, tendo presente os desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que Portugal tem que competir e se quer afirmar.

Resta-me, finalmente, agradecer a atenção por todos dispensada e expressar os meus sentidos desejos de que o resultado deste Encontro vá muito para além do curto tempo da sua realização.

É reafirmando a nossa esperança no futuro deste sector e a responsabilidade partilhada que perante ele todos nós temos, que desejo a todos aqui presentes um excelente Congresso e sucesso nos trabalhos do dia de hoje!

A todos, muito Obrigado.

Francisco Banha

Director-Geral da GESVENTURE

fbanha@gesbanha.pt

www.gesventure.pt